

KRIOL NOS PROCESSOS HISTÓRICOS DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO GUINEENSE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS¹

Zinha Nanque²

RESUMO

O presente artigo busca analisar e descrever o impacto da língua kriol² na construção de unidade e identidade nacional na Guiné-Bissau e, por consequência, a sua contribuição para a manutenção do espírito coletivo da guinendadi³. Buscou-se analisar e compreender o papel dessa língua na unificação de forças de resistência dos povos frente ao jugo da dominação colonial portuguesa, focando seus aspetos de resistência simbólica e sua sobre-eminência, precisamente, o seu uso político e cultural para afirmação da nação pós-independência. Neste âmbito, enfatizou-se o papel desta língua nas atividades desencadeadas pelo povo, notoriamente as mulheres. Ações essas que visaram e visam a fortaleza da integração nacional e a criação de um ideal patriótico comum. Um sentimento expresso em distintas perspectivas, da política a cultura popular, da canção a poesia.

Palavras-chave: antropologia linguística; língua kriol guineense; identidade nacional - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This article seeks to analyse and describe the impact of the Kriol³ language on the construction of unity and national identity in Guinea-Bissau and, consequently, its contribution to maintaining the collective spirit of the Guinendadi⁴. The aim was to analyse and understand the role of this language in unifying the forces of resistance of the peoples against the yoke of Portuguese colonial domination, focusing on its aspects of symbolic resistance and its super-eminence, precisely its political and cultural use to affirm the post-independence nation. In this context, the role of this language in the activities carried out by the people, especially women, was emphasised. These actions were and are aimed at strengthening national integration and creating a common patriotic ideal. A sentiment expressed from different perspectives, from politics to popular culture, from song to poetry.

Keywords: Guinean Kriol language; linguistic anthropology; national identity - Guinea-Bissau.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Nuno Fernando de Pinho e Silva de Almeida Falcão.

² Bacharela em Humanidades e Licencianda em História pela UNILAB.

³ O nome interno da língua Franca da Guiné-Bissau, designado em português, de crioulo ou kriol na própria língua.

⁴ É a forma que designa a expressão e o significado do que é ser guineense. É o que define o povo guineense enquanto um coletivo, um sentimento de pertencimento.

1 INTRODUÇÃO

Certamente, a língua configura um fator social que permite a transmissão do pensamento humano, sua importância, dentre outras, reside no fato de possibilitar a comunicação e interação por meio da palavra falada. É no âmbito dessa importância crucial e necessidade de elo de comunicação que o nosso artigo se debruça, buscando ressaltar a importância que a língua crioula representa para a República da Guiné-Bissau no seu processo de construção de unidade nacional, dada a diversidade dos povos que constituem o território, um espaço geográfico resultado dos processos coloniais.

Segundo Bourdieu (1989), a língua é um instrumento de poder, o poder simbólico de estruturação de realidades, do mundo social. A língua constitui um dos aspectos característicos dos projetos políticos de construção de nações, sejam elas “formais” ou “informais”. De forma primordial, a construção de uma nação requer, por excelência, a produção ou a disponibilidade de um idioma que transmita o poder de elo, a partir da qual se pode criar uma identidade comum e nacional. Tal como Signorini que vai destacar o fato de que “a unidade da comunidade vai se articular primordialmente em torno de uma língua nacional e, no caso de nações multiétnicas e plurilíngues, a língua nacional pode ou não corresponder a ‘língua materna’ de umas das etnias” (SIGNORINI, 2012 p. 91).

Todavia, ao se falar da língua nacional no contexto de diversidade como a Guiné-Bissau, não se pode esquecer que cada língua dos povos que constituem o território nacional, de ponto de vista endógeno, é nacional, pois cada povo tem sob sua posse um território político e socialmente organizado, uma organização veiculada por meio de uma língua de interação comum, distribuída em distintos dialetos.

Entretanto, num sentido mais genérico e devido às transformações advindas dos processos de colonização europeia, os territórios africanos se inscreveram na construção de identidades que transcendem as divisões e fronteiras entre os Estados “tradicionais”, sem, no entanto, extingui-los (KHAPOYA, 2015). Neste âmbito, a língua crioula guineense apresentou características necessárias para o projeto de construção do Estado nacional, da luta de libertação a construção contínua da nação.

Evidentemente, as relações históricas expansionistas e coloniais na África, criaram atuações e condições que levaram a algumas mudanças, principalmente no âmbito político (AFIGBO, 2010). A conferência de Berlin (1884-1885), por exemplo, foi um tratado que criou medidas que impulsionaram a divisão dos territórios africanos entre as partes integrantes, sob forma e rigor extenso, sem nenhum respeito às realidades políticas locais.

Estas medidas de delimitação viriam a influenciar o advento e surgimento dos “modernos” territórios das atuais nações africanas, tendo protagonistas principais as elites nacionais. A título de exemplo, a superfície do atual território da Guiné-Bissau (SEMEDO, 2011), resultou do ato de tratado de 1886, entre Portugal e França, o denominado tratado luso-francês.

Por consequência, para a construção de uma identidade nacional, os Estados africanos haveriam de deparar com grandes desafios internos, diante de uma realidade marchetada pelas inúmeras línguas e povos. Para tanto, a situação demandava a mobilização de elementos identitários comuns, principalmente a língua, que é o objeto da nossa análise. Análogo a isso, na Guiné-Bissau, país cuja independência alcançada por meio de um processo prolongado de luta armada, a língua guineense, conhecido geralmente como kriol ou crioulo, fora mobilizado como um instrumento de unidade, uma língua trans “étnica” que acreditamos ser o principal elemento de coesão do povo da Guiné-Bissau.

Portanto, este artigo procurou analisar e abordar o papel que a língua guineense terá desempenhado nos processos históricos da formação da nação guineense e para o sustento, contínuo, da existência do Estado nacional.

Quanto à estrutura, o artigo está dividido em três seções a saber: povos da Guiné e a origem da língua da guinendade; kriol, um instrumento de coordenação nacional, língua de unidade e luta; o cotidiano do povo: kriol nas cantigas das mulheres e mandjuandades. Em termos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida através da pesquisa bibliográfica e documental, norteadas pela abordagem qualitativa exploratória.

Para designar a língua falada na Guiné-Bissau, durante o desenrolar deste artigo, usa-se a denominação kriol (a forma como se chama esta língua pelo povo guineense) e tanto o guineense, expressão usada pela primeira vez pelo sacerdote e percursor de registros de literatura oral na Guiné, o cónego Marcelino Marques de Barros (SEMEDO, 2011).

2 POVOS DA GUINÉ E A ORIGEM DA LÍNGUA DA GUINENDADE

O século XV, enquanto advento da globalização, deu impulso a maior aproximação entre territórios historicamente distintos entre si. Em consequência, a África viria a constituir-se em um dos corolários destas movimentações que culminaram com os degradantes processos de pilhagem, expatriação de seres humanos e a colonização do continente.

Certamente, o processo da invasão e colonização europeia condicionou várias

mudanças na estrutura sociopolítica do continente, desde a configuração do mapa político, do surgimento de algumas línguas alavancadas por meio da manutenção desse processo, do nascimento das novas elites nacionais e organizações políticas ocidentalizadas.

É neste cenário que se explica, segundo a concepção de maioria dos autores⁵, a origem da língua guineense, uma língua nascida na esfera dos processos coloniais e que, paradoxalmente, foi mobilizada e usada contra o colonizador. No entanto, falar do ambiente e da síntese histórica do surgimento e desenvolvimento da língua crioula guineense, é pertinente a compreensão do tecido “étnico” e linguístico do território, um aspecto importante na formação desta língua.

Falar do território que corresponde a atual Guiné-Bissau, é navegar num conjunto complexo de história de povos das mais dissímeis origens, vindos de diferentes espaços geográficos que formam o continente africano. É falar de um espaço que alberga uma riqueza cultural e epistemológica abundante. Outrossim, esta história envolveu, outrora, um universo de dinamismos imersos nas grandes movimentações ocorridas no interior de um contexto mais amplo da dinâmica da história africana, o universo da confederação de regiões que formavam a Senegâmbia. Território esse que estimulava a conglomeração de povos de nações alheias, atraídas pelo seu ambiente propício às trocas comerciais e como também as migrações impulsionadas pelas causas naturais contundentes ocorridas, épocas distantes, no Saara (BARRY, 1990).

Neste cômputo, essa realidade caracterizada pela diversidade populacional, haveria de seguir seu rumo dialeticamente no tempo. E, por consequência, atual Guiné-Bissau, de ponto de vista sociocultural, é caracterizada por um cenário de “heterogeneidade” populacional, constituindo-se num espaço geográfico e histórico que acolhe uma diversidade de povos e culturas. De destacar que as línguas destes teriam participado na formação do Kriol guineense, idioma que viria a participar dos processos da integração destas nações e do Estado contemporâneo da Guiné-Bissau, uma nação por justaposição.

A língua guineense, assim como outras línguas, possui sua história singular, no que concerne aos processos que envolvem o ambiente de sua disseminação e consolidação como língua materna. O ambiente configurado pela era das expansões marítimas europeias e suas consequentes chegadas e invasão ao continente africano, nomeadamente os portugueses ao território que haveria de ser chamado de Guiné, impulsionaria o nascimento de uma configuração que se avizinha. Este ambiente teria “propiciado” a formação e constituição

⁵ Como por exemplo, TRAJANO FILHO (2003), COUTO e EMBALÓ (2010), SCANTAMBURLO (2013).

desta língua que, posteriormente, se consolidou enquanto a língua dos povos locais africanos dos rios da Guiné e Cabo-Verde. Segundo Trajano Filho,

A chegada dos portugueses na África ocidental a partir da segunda metade do século XV e o seu estabelecimento em vilas fortificadas às margens dos rios da costa produziram espaços de contato regular entre gente que falava línguas tão diferentes como o português, manjaco, wolof, mandinga, beafada e banhum. O contexto em que os atores sociais se viam pressionados pela necessidade de comunicação numa situação em que não existia uma língua comum a todos os envolvidos deu luz a um pidgin, formado com elementos das várias línguas nativas faladas naqueles espaços (TRAJANO FILHO, 2003,p.3).

De salientar que nesta altura, havia aventureiros, estes cuja atividades comerciais encontravam-se fora da administração portuguesa, os lançados, que estabeleciam “relacionamentos sociais afetivos” com algumas mulheres africanas locais denominadas de Tangomãs, (COUTO & EMBALÓ, 2010). Para além destes, haviam os grumetes que serviam de assessores aos lançados. Os Grumetes e Tangomãs, pertenciam ao território local, ao passo que os lançados são provenientes de um continente alheio. Desta forma, os relacionamentos entre estes grupos sociais, teriam influenciado a origem e o disseminar da língua crioulo, uma vez que formavam grupos linguísticos distintos.

Sendo assim, o crioulo nasceu através de encontro de línguas de diferentes culturas e civilizações, resultado do impacto entre as línguas africanas e a portuguesa. Na visão do Couto & Embalo (2010), o crioulo é uma língua de base lexical portuguesa por aglutinação com as línguas locais, e, futuramente, a base da existência e unidade de uma nação africana multinacional.

Por certo, a diversidade de populações na Guiné-Bissau teria condicionado o estado de pluralidade linguística, posto que cada determinado povo conta com sua própria língua como meio de comunicação e base primordial de transmissão de suas peculiaridades epistemológicas. É no âmbito deste cenário que se lança um enorme desafio e perspectivas que visam à construção de um equilíbrio entre as nações e a unidade nacional sustentável. Uma edificação sob empenho do povo e do Estado.

3 KRIOL, UM INSTRUMENTO DE COORDENAÇÃO NACIONAL, LINGUA DE UNIDADE E LUTA

Um primeiro princípio do nosso Partido e da nossa luta, que todos nós conhecemos bem, é: «Unidade e Luta», que é mesmo a divisa, se quiserem, o lema do nosso Partido. Unidade e Luta. Claro que para estudar bem o que é que quer dizer este princípio bastante simples, é preciso sabermos bem o que é unidade e o que é luta. E é preciso colocarmos, realizarmos o problema da unidade, e o problema da luta num dado lugar, quer dizer, do ponto de vista geográfico, e considerando a sociedade—vida social, econômica, etc.—do ambiente em que queremos aplicar este princípio de unidade e luta (Amílcar Cabral, 2006, p. 3)

Discorreu-se sobre os grupos populacionais que formam a diversidade cultural da Guiné-Bissau, com o intuito de ilustrar a paradoxalidade da situação de construção nacional neste país. Situação em que essa diversidade, embora possua eminente importância, carrega consigo um desafio de ponto de vista político de construção da nação, frente a um país cujo processo de estruturação do nacionalismo e independência é recente. Deste modo, pode-se concluir que os sentimentos de pertença “étnica” existiram e ainda é um sentimento existente no seio do povo guineense. É diante deste cenário que se propõe refletir sobre atribuições e significados do kriol, uma língua que representa a todos, idioma enriquecido por elementos das línguas destes povos, no desempenho histórico da composição do Estado e nação guineense, a começar pelos processos da independência.

Ponderar sobre o nacionalismo guineense, pressupõe adentrar um contexto ainda maior, uma época em que o domínio europeu assentou suas raízes de forma efetiva, carregando consigo, mudanças (RANGER, 2012), descontinuidades e o aceleração de significativas dinâmicas endógenas no continente, um processo no qual o atual território da Guiné-Bissau encontrava-se relacionado.

Certamente, as origens dos Estados nacionais africanos (Estados “modernos”) estiveram vinculadas as elites nacionais, em ascensão, principalmente, com a burocratização do poder colonial (século XIX). Uma época de movimentações políticas e militares para afirmar a governação da Europa sobre a África, e nomeadamente a portuguesa sobre a Guiné, o que concedeu lugar ao sistema de ocupação efetiva, que sucedeu até ao início da década setenta do século XX, quando se concretizaram as independências e o nascimento das “modernas” nações africanas, por consequência, a nacionalidade guineense. Sobre esta relação dos processos de consolidação do domínio europeu e nacionalismo africano, Betts afirma:

Não há a menor dúvida de que, ao burocratizar -se, o regime colonial preparou efetivamente, em parte, apesar de tudo, o movimento pela independência

nacional. Os contornos de uma nova elite política delineavam -se lentamente (...), entretanto, não era isso que os administradores coloniais desejavam. Mesmo quando acentuavam a “preeminência dos interesses africanos”, estavam convencidos de que somente eles poderiam garantir e estruturar eficazmente, no plano social e econômico, o bem-estar das populações autóctones (...) Deste modo, o sistema colonial afirmava -se enquanto regime autoritário, sem a previsão de vir a outorgar o poder político aos africanos quepretensamente servia (BETTS, 2010, p. 373).

As ações resultantes desta necessidade de dominar o continente africano, com o uso de métodos e instituições de controle, desencadearam consequências que estimularam a perda, paulatina, do poder da antiga elite africana e, conseqüentemente, no ressurgimento de uma nova, cujo ideais pressupõem um olhar nacionalista, que visava o fim do colonialismo e à autodeterminação do povo africano.

No caso específico da Guiné e Cabo-verde, a figura do Amílcar Cabral⁶ se tornou notável. Uma das figuras da elite nacionalista africana que se formaram em meio as tradições do ensino institucional a europeu (M´BOKOLO, 2011) e que, seqüentemente, participou intrinsecamente na preparação e delineação dos caminhos para expulsão dos invasores e independência de ambos os países.

Pode-se resumir que as causas para o aceleração de movimentos independentistas sejam as exacerbadas situações de opressão impostas pelos europeus aos africanos. Todavia, apesar de constantes ataques e tentativa de substituição das realidades africanas em prol da realidade europeia, a cultura vai continuar sendo mobilizada enquanto razão da resistência. Sobre isso, podemos observar, na ponderação de Cabral que:

[...] a prática da dominação imperialista, como de qualquer outra dominação estrangeira, exige, como fator de segurança, a opressão cultural e tentativa de liquidação, directa ou indirecta, dos dados essenciais da cultura do povo dominado. Mas este só é capaz de criar e desenvolver o movimento de libertação, porque, apesar de repressão permanente e organizada de sua vida cultural, ele mantém bem viva a sua cultura; porque, liquidada a sua resistência político-militar, ele continua resistindo culturalmente. E é a resistência cultural que, a dado momento, dependendo este de factores internos e externos condicionantes da evolução da sociedade em causa e das suas relações com a potência dominante, pode tomar formas novas (política, económica, armada) para contestar amplamente a dominação estrangeira (CABRAL, 1972, p. 6).

Evidentemente, esta força do espírito da cultura, impulsionou e motivou as resistências dos povos como também influenciou a unidade dos mesmos sob o mesmo objetivo comum, de aniquilar o sistema colonial, sistema esse que lançava mão a opressão e repressão.

⁶ Um líder independentista proveniente da casa dos Estudantes do império, uma instituição estatal portuguesa destinada a estudantes do império para estudo na metrópole. Lugar que, paradoxalmente, contribuiria no nascimento dos ideais nacionalistas das elites das independências da África portuguesa, tal como é exemplo de Agostinho Neto de Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA (MATA, 2015).

Vale salientar que, para substancializar o seu poderio, o governo colonial português pôs em ação as denominadas campanhas de “pacificação”, meio pelo qual objetivou o controle efetivo do território e dos povos. É pertinente mencionar o fato de que Portugal agia também mediante a uma das cláusulas de conferência de Berlim que era o de “pôr em prática a ocupação efetiva”, sendo que a sua rival, França, encontrava-se nas fronteiras norte e sul da Guiné, então, a necessidade da efetivação do domínio português era eminente. Desta forma,

A colonização de fato, a dominação do território, somente se estabeleceu em 1915, através das brutais campanhas de “pacificação”, como os portugueses as chamavam, implementadas pelo exército colonial português, que culminaram com o assassinato dos líderes de diferentes grupos étnicos que resistiam à colonização (PEREIRA & VITÓRIA, 2012. p. 292).

Essas ações resultaram na operação de novas burocracias do Estado colonial. A partir de então, tentativa de imposição da cultura portuguesa em oposição às realidades autóctones foi crescendo. A cultura portuguesa era tida como aquela cuja missão era a de “civilizar” o outro. A valer, a partir dos governos ditatoriais de Salazar, a conversão da colônia da Guiné em uma província ultramarina e aplicação do estatuto do Indigenato, avolumou-se a intolerância do jugo português. Uma sociedade pautada nos ideais de uma suposta supremacia branca e uma fantasmagórica ideia de superioridade cultural. A respeito disso, Betts vai mostrar que,

Como proclamava o artigo 22 do pacto da Sociedade das Nações, o empreendimento colonial, sobretudo na África, passaria a ser promovido em nome de um ideal superior de civilização e convinha “confiar a tutela desses povos (...) às nações desenvolvidas”. Subjacente a essa retórica transparecia mais uma vez o sentimento de superioridade cultural e racial que se formara nos séculos XVIII e XIX e que se expressava na qualificação de “crianças grandes” ou “não adultos” aplicada aos africanos (BETTS, 2010, p. 355).

Certamente, um dos objetivos do projeto colonial português visava a propagação da cultura e língua portuguesa. No âmbito desta efetivação da colonização clássica, pensemos a situação do crioulo. Esta língua, apesar de ter itens lexicais étimo do português em sua composição e ter nascido dos processos coloniais, é um idioma enriquecido pelos valores culturais africanos e, portanto, uma língua africana de características transversais. Fazer por esta vertente, percebe-se possíveis “ameaças” que esta língua teria representado diante do sistema colonial. Numa época em que Portugal havia dominado o território da Guiné e o transformado, sobretudo, numa das províncias ultramarinas, o crioulo, uma língua crescente, carrega uma possibilidade de impacto nocivo a continuidade da colonização e a geopolítica da

língua portuguesa no território da Guiné.

De certo, o kriol constituía um elemento de entrave para o crescimento e alastramento da língua do colonizador, um aspecto importante que se deve a uma longa cultura de resistência dos povos ao colonialismo português, cujo domínio era débil (MENDY, 1994) e, de ponto de vista colonial, o idioma português, língua da “civilização”, não poderia perder espaço em prol do kriol, idioma dos “gentios”. Mas, mesmo com a efetivação da supremacia portuguesa, a língua o kriol ainda continuava sendo usado.

Por um outro ângulo, kriol guineense era um idioma trans-“étnico”, cuja potência anunciava uma base de maior interação e aproximação entre muitos povos do território, podendo ser estorvo frente a política costumeira dos colonizadores de dividir para dominar. Por consequência, esta língua passou por um processo de depreciação pelo sistema colonial, por exemplo, “nas escolas, nos escritórios e nas Igrejas, o kriol guineense era proibido, mas sobreviveu na vida privada dos numerosos habitantes” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 51), enquanto um aspecto da cultura popular. Apesar desses impasses, a resistência da língua crioula guineense continuou a operar-se ao longo do tempo, convergindo enquanto língua de unidade e luta e sustento, posterior, do Estado nacional.

No processo da estabilização da posição de Portugal sobre a Guiné, mesmo possuindo a supremacia em termos de armas e técnica, o país havia encontrado duras resistências dos povos locais. Ações estas desencadeadas frente a uma nação cuja unidade populacional e territorial remonta aos séculos anteriores, uma unidade coesa mediante a nacionalidade portuguesa. Portanto, em virtude da defesa de seus povos e seus países,

Os levantamentos não pararam com a aprovação das fronteiras, entre outros, os Papéis e os Grumetes de Bissau mantiveram-se sempre em pé de guerra. Em 1907, o governo de Lisboa foi forçado a tomar medidas extraordinárias quando o régulo do Cuor se sublevou e pretendeu impedir o comércio no rio Geba e tentou atrair outros régulos para a insurreição. Com efeito, entre 1882- 1936, têm lugar as chamadas Campanhas de pacificação. (SANTOS; SILVA, 2014, p. 31).

Vale ressaltar o fato de que, como o território do atual Guiné-Bissau, foi um espaço formado por diferentes Estados dos povos locais, as resistências eram efetuadas neste sentido e de acordo com a insatisfação de cada povo em específico, pois não havia um Estado nacional como se conhece hoje.

No entanto, apesar de “isoladas”, essas resistências seguiram-se no tempo, transmitindo o espírito de não aceitação pacífica do domínio português, resistências que vieram a culminar com a guerra de libertação nacional e isenção do território. Desta forma, a

língua crioula vai, sim, desempenhar um papel substancial tangente a criação de um ideal comum e nacional, na unificação, sem precedentes, dos povos e na paulatina construção do Estado e integração nacional da República da Guiné-Bissau. Como Gama e Silveira apontam, “é inegável que a língua é um elemento central na unificação e que exerce papel de criadora de uma consciência nacional. A construção da identidade de uma nação está diretamente ligada a língua utilizada pelo seu povo” (GAMA e SILVEIRA, 2015, p. 5).

Para iniciar a guerra, Cabral fez uma análise cautelosa sobre a sociedade em diversos níveis e assim estava consciente da geografia do território. Nestas circunstâncias de averiguações, o dirigente constatou que o crioulo oferecia possibilidades para a viabilização de uma luta de unidade nacional, uma ferramenta que pudesse contribuir na revolução armada ao seu apogeu, dado o contexto de particularismo linguístico. Desta forma, em prol da causa comum, Cabral chamaria atenção por uma unidade sólida, e o fato de como os portugueses poderiam apropriar e usufruir das contradições e diferenças culturais dos povos como forma de enfraquecer a luta da independência. Nas palavras de Cabral:

Outras contradições hão, por exemplo na Guiné—há grupos étnicos, as chamadas tribos, que nós chamamos raças. Sabemos quantas contradições houve entre eles, em tempos passados, um passado por vezes não muito longe... E que os tucas podem explorar e exploram para provocar conflitos entre a nossa gente. Estas são algumas das contradições que queríamos explicar aos camaradas... Tanto na Guiné como em Cabo Verde, o nosso objetivo foi eliminar as contradições da melhor maneira, levantar toda a gente para pegarmos num objectivo comum: correr com os colonialistas tucas (AMÍLCAR CABRAL, 2006, p. 16).

Embaló e Couto (2010) afirmam que, nesta época, as línguas étnicas pareciam dividir o país e o português era a língua do inimigo colonizador, e por ser o *kriol a línguadi ninguim*⁷, Cabral o adotou como língua de unidade e, sobretudo, era um idioma geralmente despercebido pelos colonialistas, o que facilitaria o processo de mobilização e manutenção de comunicação codificada no âmbito de um contexto de vigilância portuguesa.

Com efeito, no decorrer da luta de libertação nacional, desencadeada a partir de 1963 e liderada pelo Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), a língua guineense facultou uma das bases de coesão linguística dos diferentes povos envolvidos na revolução, uma ponte de comunicação interativa interétnica.

Nesta aferição da potência da língua crioula enquanto idioma colossal de integração linguística dos povos da Guiné, não se pode deixar de lado um elemento de grande impacto, a

⁷ O crioulo língua que não pertence a ninguém, isto é, não pertence particularmente a um povo em específico, é a língua de todos os guineenses.

resistência simbólica feita através da palavra. No decorrer do processo da luta armada, as canções e poemas, tiveram um papel relevante para o incentivo da população e para os combatentes da liberdade da pátria envolvidos diretamente na revolução. Segundo Costa Semedo (2011), dos finais dos anos 60 a início dos anos 70, havia canções e poemas feitos em kriol como forma de protesto contra as opressões e a presença dos invasores sob o território da Guiné.

Esta resistência musical e poética construía denúncias e crítica perante o sistema colonial e fascista português, anunciava a pertinência do espírito patriótico e nacionalista. No seu artigo, *a palavra como arma na luta pela independência da África portuguesa*, Luana Soares de Souza mostra que:

A literatura anticolonial possui não apenas uma afirmação política e ideológica, mas também uma construção estética e estrutural (...) assim sendo, o “valor” de uma obra é determinado pela sua construção estética. No entanto, toda construção estética carrega um “valor” político. A tendência política dos intelectuais desse momento histórico, nos países africanos de língua portuguesa, é explicitada a cada verso (SOUZA, 2017, p. 251-252).

Em diversos níveis, pode-se verificar e entender os significados da língua kriol frente aos processos de construção da integração nacional na guiné, um instrumento de esperança do nascer de uma nação por agregação.

Neste sentido, Cobiana Djazz foi uma banda musical de suma importância nos processos da edificação do Estado e da Nação guineense, uma simbologia e representação de uma cultura de pertença nacional. Em função de conteúdos de suas letras anticoloniais, encontravam-se as mensagens de renovação de esperanças ao povo, de capacitação e mobilização, críticas ao colonialismo e a pertinência da união dos povos, uma unidade que inspira a força. Vale frisar o fato de que, ao se expressar em kriol, a banda já agrega um sentimento de pertencimento de uma cultura nacional, reforçando a ideia de que, mesmo havendo diferenças culturais, existe algo sob o qual todos podem se identificar.

Nas palavras da Parente Augel (1997, p. 15), “o conteúdo das canções do Cobiana, a mensagem que transmitia empolgava as pessoas, levando-as a se identificarem-se com a nova situação”, situação essa que demandava a continuidade da coesão entre os povos em prejuízo do sistema colonial e, em consequência, a implantação do Estado nacional.

Como exemplo deste entendimento da música como instrumento de resistência simbólica, trouxemos uma música anticolonial de Cobiana Djazz, para uma análise da letra, cujo tema: *Pó Ka ta bida lagartu* (uma vara não se transforma em crocodilo).

Letra da música *Pó Ka ta bida lagartu*

<i>N´djurmenta bós</i>	Juro a vocês
<i>Pa ki lua altu na séu</i>	por aquela lua alta no céu
<i>Kuma pó</i>	de que uma vara
<i>Tudu tarda ki tarda no mar</i>	por mais que dure no mar
<i>I ka ta bida lagarto</i>	não se transforma em crocodilo
<i>Kada kusa</i>	cada coisa
<i>Ku si kumsada</i>	tem o seu início
<i>Ma i ta tem si fin</i>	Mas também tem o seu fim
<i>Son si Deus ka misti</i>	Só se Deus não quiser
<i>Ki k ata kaba</i>	é que não tem o fim
<i>Si no ka pui tudu na um mon</i>	se não juntarmos as nossas mãos
<i>I kata kaba</i>	não tem o fim

Numa época em que Portugal movimentava a toda prova para manter a sua posição sobre a colônia da Guiné, as músicas anticoloniais, expressas em crioulo, exerceram um papel necessariamente importante para o progresso da luta armada. Geralmente, essas canções focavam aspectos da mobilização e conscientização do povo e o endereçamento de sátiras ao jugo do sistema colonial português.

Na música “*Pó k ata bida Lagarto*”, na voz do José Carlos Hans Schwarz, por exemplo, nota-se esta preocupação com o povo e o anúncio da importância de conservação da esperança e subsistência da união, uma música anunciada em crioulo como intuito de atingir as massas populares. Logo na primeira e segunda estrofe desta, percebe-se uma certa empolgação e preocupação em focar e trabalhar o estado do espírito da confiança das populações, partindo da determinação de que o colonialismo não se manteria eternamente sobre a Guiné.

Na altura em que esta música foi produzida, a colônia da Guiné possuía o estatuto de província ultramarina de Portugal. Neste sentido, a música propôs uma interpretação em torno da questão do lugar e do pertencimento, principalmente na segunda e terceira estrofe: *Kuma pó Tudu tarda ki tarda na mar, I ka ta bida lagarto, Kada kusa Ku si kumsada Ma i ta*

tem si fin Son si Deus ka misti Ki k ata kaba.

Com isso, o autor vai tentar mostrar a questão da pertinência e da essência que define um determinado povo que, a partir de um espaço e lugar, criam raízes e se conectam ao mesmo. Pois, assim como os portugueses partiram de um espaço geográficocultural definido, os povos da Guiné também eram dotados de espaços e características culturais próprias. Sendo assim, seria difícil que os povos da Guiné vivessem literalmente como portugueses, pois a resistência dos dados essenciais da cultura não facilitaria o desfecho desse processo, posto que se tornaria inacessível a homogeneização de duas realidades de vertentes culturais diferentes, principalmente tendo o elemento raça como a principal marca divisória. Dessa maneira, a música salientou e transmitiu a ideia de que, por mais que dure o colonialismo português na Guiné, um dia o mesmo conhecerá o seu fim, e os dominadores seriam expulsos do lugar de seu não pertencimento, assim como nascem os impérios, expandem e entram em colapso.

Já na última estrofe, “*Si no ka pui tudu na um mon I k ata kaba*”, transmitiu-se o apelo relativamente sobre ao fato de que, para cessar o domínio colonial português na Guiné, seria necessário a preservação da articulação e união como ferramentas de imenso respaldo na luta contra o invasor. Desse modo, chama-se atenção ao povo sobre o fato de que a desunião não surtiria efeitos positivos de ponto de vista interno, mas serviria positivamente aos propósitos do colonizador que já era habituado com a estratégia de “dividir para reinar”.

Portanto, a simbologia desta música incide sobre a construção nacional e sobre o lema próprio do partido que organizou a revolução: A Unidade e Luta.

4 KRIOL NO COTIDIANO DO POVO E NAS MANDJUANDEDES

O kriol foi e é um componente integracionista que desempenhou um importante papel na transformação sociocultural da Guiné-Bissau, participando na construção de uma cultura nacional veiculada por meio desta unidade cultural linguística. Todavia, para chegar-se, grosso modo ao status de língua comum e nacional, o kriol foi usado para servir aos propósitos de criação de articulação linguística dos povos e amplamente difundido pela luta armada de libertação do país. Assim, momentos pós independência, o kriol continua a conquistar mais espaços no seio da sociedade guineense. Por exemplo,

O rádio emite grande parte dos seus programas em crioulo e é ouvido no país inteiro. Também a televisão, apesar da sua dependência da cooperação portuguesa e das diárias telenovelas brasileiras, veicula cada vez mais essa Língua do povo. A música popular guineense, de imensa divulgação e aceitação em todos os meios sociais, é igualmente um fator importante.” (AUGEL, 1997, p. 251-252).

A permanência dos Estados subnacionais e seus respectivos territórios político administrativos na Guiné-Bissau, pressupõe relações de coexistência com o Estado nacional contemporâneo, Estado esse apoiado pelos elementos integracionistas da *guinendadi*, como *tina*⁸, *mandjuandades* que, segundo Kohl (2012), estas representações comuns não propõem, necessariamente, o apagamento das afinidades “étnicas” anteriores. Certamente estas identidades continuam a existir sob o abrigo das representações comuns.

Atendendo a esta realidade, há, para além da identidade comum relacionada ao Estado nacional, uma consonância do mesmo sentimento patriótico dirigido ao Estado com o qual determinados indivíduos se identificam. É neste cenário que o *kriol* se revela significativo para a preservação do ideal de unidade e produção de cultura nacional. Por conseguinte, os processos históricos de construção do Estado e nação guineense, envolveu um dinamismo tanto do Estado e, sobretudo, do próprio povo.

É pertinente ressaltar o fato de a língua *kriol* coabitar com o português que também possui esta característica de *cunho “trans-“étnico”*. Porém, a língua portuguesa, comparado ao guineense (*kriol*), não se encontra amplamente difusa no território nacional, principalmente nas áreas rurais. De certo, Embaló mostra que,

(...) a Guiné-Bissau tem como a língua oficial o português, que é também a língua de ensino, de cultura e de comunicação em fóruns internacionais onde ele é utilizado. Língua materna de uma insignificante percentagem da população, o português não é a língua de comunicação nacional, na medida em que apenas cerca de 13% dos guineenses a falam, incluindo os que a têm como língua segunda, terceira ou até mesmo quarta para a maioria dos guineenses (EMBALÓ, 2008, p. 101).

Relativamente ao insucesso da propagação da língua portuguesa, podemos refletir sobre as relações de causalidade, sobretudo, em cima dos tempos coloniais, considerando os impactos das resistências locais ocorridas neste âmbito, o que não deixa de ter influência sobre o estado do português, atualmente, no território guineense. Talvez a palavra “resistência” explique e sintetiza a verdade sobre este fato. Na fala de Cabral:

A experiência colonial da dominação imperialista em África, mostra que, além do

⁸ Designação de um estilo musical e ritmo de dança de pertença nacional. Cantada e dançada nas *mandjuandades* e outros espaços culturais.

genocídio, da segregação racial [...], a única solução pretensamente positiva, encontrada pela potência dominante para negar a resistência cultural do povo dominado, é a chamada assimilação. Mas o total insucesso da praticada “assimilação progressiva” das populações nativas é prova evidente tanto do carácter falso dessa teoria como da capacidade de resistência dos povos [...]. No caso de Portugal, a maior percentagem de assimilados nas colónias é de 0,3% da população total (na Guiné), depois de 500 anos de presença civilizadora e de meio século de “paz colonial” (CABRAL, 1972, p. 7)

Atualmente, a maioria dos guineenses sabe-se expressar em Kriol. Um idioma da cultura do povo, um povo que também participa, intrinsecamente, nas dinâmicas da fortaleza da guinendadi.

É de suma pertinência, pensar a contribuição cultural das canções e ações das mulheres em mandjuandadis, aspectos que fortalecem laços de proximidade entre os povos, uma manutenção progressiva de unidade. Por exemplo, no seu artigo, *Integração nacional por baixo*, Kohl debruça sobre a importância do associativismo e organizações de cunho crioulo para integração nacional, salientando o papel das mandjuandades como um dos fatores integracionistas, levado em ação pelo povo, principalmente as mulheres:

Em geral, as manjuandadis cuidam da solidariedade entre os membros primariamente femininos, através da prestação de ajuda e assistência mútua. Quando, por exemplo, um membro numa tal associação se confronta com problemas pessoais ou financeiros, o manjuandadi assiste o seu sócio numa maneira coletiva. Os sócios cultivam a amizade uns com os outros, tendo prazer, bebendo, comendo e conversando em conjunto (KOHL, 2011. p.9).

Kohl ainda vai mostrar a possibilidade da existência dessa forma de associativismo mista, desde o século XVI, com os grupos que surgiram através dos processos coloniais, os *kristons* ou crioulos. Todavia, essa forma de associação teria acarretado mudanças significativas ao longo dos tempos, impulsionadas principalmente pelo PAIGC, transcendendo os limites da “etnia” e religião. A respeito disso, o PAIGC, na época o partido único, criou a comissão feminina do partido, a União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde (UDEMU) em 1975, para que essas possam continuar a contribuir no projeto de construção do Estado e da Nação pós independência. Nestas dinâmicas, o kriol vai ser necessariamente agregado.

A referida organização promovia visitas entre grupos de mandjuandades como forma de criar clima de integração. O kriol, geralmente se encontrava como idioma de expressão entre os membros associados e, sobretudo, “língua de expressão de inúmeras cantigas de mandjuandadi” (SEMEDO, 2011, p. 72), (EMBALÓ, 2008, p.104), uma arena onde o kriol é amplamente usado.

Organizações como essas, apesar do seu potencial de unir os guineenses sob som de musicalidade, dança e reciprocidade, atualmente seguem por conta própria, as políticas do Estado quanto a esta questão integracionista, se vê de uma forma débil e semengajamento.

Atualmente, é notório que a questão da integração nacional, promoções de meios culturais e políticas de integração nacional, é dependente mais da sociedade civil do que de atuação dos poderes políticos constituídos, ou seja, tem sido o povo pelo povo. Nesse sentido, não se pode deixar de lado o papel das rádios através da produção de programas, especialmente em kriol, que tentam estimular o espírito nacionalista, tal como o caso de sessão “Domingo de Tina” da rádio Difusão Nacional (RDN, desde 1998). E segue este esforço do povo na construção de unidade nacional, a preservação de um sentimento patriótico e reverência aos que tornaram o sonho da independência da Guiné-Bissau uma realidade.

Vale salientar neste artigo, a pertinência de outros possíveis fatores que podem contribuir para o progresso da integração nacional dos povos. A construção de uma identidade nacional na Guiné-Bissau, pode valer também de outros elementos resultantes de experiências históricas comuns ou aproximados. De certo, a configuração da sociedade guineense apresenta ambientes peculiares da visão do cosmos a partir da interpretação de cada povo assim como também apresenta traços de convergência no que tange a concepção de relações entre o ser humano e a natureza que o rodeia, uma vez que os indivíduos são acolhidos e inseridos em ambientes geográficos paralelos.

Indubitavelmente, a grande característica do povo guineense, apesar das especificidades culturais, é o respeito e a submissão dos indivíduos ao coletivismo e mutualidade, uma realidade muito comum no continente. Geralmente, o coletivismo apresenta-se como um valor que rege as sociedades e comunidades (DIOP, 2014). A vida social encontra os seus significados com base no espírito coletivista da comunidade e reciprocidade mútua dos agentes envolvidos no empenho para a prosperidade da comunidade. A mutualidade coletivista dos povos da Guiné-Bissau, constitui a base motriz da disseminação da vida sociocultural e de formas de produção da vida material:

Uma outra característica fundamental de uma cultura é a sua íntima ligação de dependência e reciprocidade, com a realidade económica e social, com o nível das forças produtivas e o modo de produção da sociedade. A agricultura tem sido, tanto ontem como hoje, o factor principal e a base da economia das comunidades étnicas da Guiné-Bissau, constituindo a actividade fundamental da população guineense (INE, 2008. p. 14).

De fato, na prática de agricultura, o espírito coletivo sobrepõe-se ao individual, assim como na convivência diária, principalmente, no quesito educação “tradicional”, uma educação geralmente comunitária. E há povos que, com base nos seus usos e costumes e expressões linguísticas, apresentam características semelhantes, fato que se deve, geralmente, a processos históricos paralelos. A título de exemplo, em termos de falas, existem povos cujos idiomas se assemelham e outras formas culturais aproximadas, o caso dos pepeis, mandjacos e mancanhis (MENDY, 1994). Estes valores e características são necessariamente importantes de salientar.

Por consequência, a mobilização dos traços culturais comuns, decorrentes das culturas particulares, assim como o kriol, podem estimular, mais ainda, laços de vicinalidades entre povos, e, portanto, um dos elementos que se apresentam como pontos fortes para a fortaleza de unidade nacional. Neste sentido, é de suma importância o papel dinâmico do Estado na criação de políticas educacionais que buscam resgatar estas experiências e valores comuns para a consolidação da integração nacional e na proeminência absoluta do ensino da história do território, das nações que o constituem.

5 CONCLUSÕES

Pode-se observar que, nas etapas da construção do Estado nacional da Guiné-Bissau, a língua kriol teve um papel relevante, mobilizada enquanto ferramenta de coordenação linguística durante a Guerra para a independência da colônia da Guiné e no posterior arranjo de integração nacional dos povos. Para tanto, o idioma esteve presente no uso da palavra como meio de mobilização, resistência e denúncia ao colonialismo português e assim como foi ativamente usado pelas mandjuandadis em correlação com a União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde e continua exercendo o seu potencial de língua franca de coesão.

Como havia sido dito, as diferenças culturais na Guiné-Bissau decorrem da existência de diferentes povos e territórios políticos “tradicionalistas” especificados. Não obstante, devido à implantação do Estado nacional, sublinha-se uma considerável interação social dos povos, transcendendo, progressivamente, as barreiras dos limites dos Estados “tradicionalistas”, sem necessariamente apagar o sentimento de que as pessoas nutrem pelas suas realidades socioculturais particulares. Portanto, esta relação entre as pessoas e culturas, pode-se explicar, em grande parte, pela presença da língua guineense, um idioma e fala comum, facilitando a

comunicação entre indivíduos de línguas diferentes.

O kriol foi e é um elemento de importância crucial para implantação, subsistência da nação e do próprio Estado da Guiné-Bissau. Apesar desta proeminência e do seu potencial enquanto elemento da vitalidade do guinendade, o kriol não possui estatuto oficial. É de destacar que a concessão de estatuto e reconhecimento oficial a língua kriol, e enquanto património imaterial, agregaria possibilidades de maior respeitabilidade a estalíngua, uma vez que o respeito dado ao português se sobrepõe ao dedicado para o kriol. Pode-se pensar também na possibilidade de que a sua oficialização poderá contribuir, positivamente, no processo do ensino-aprendizagem, através do seu uso como língua do ensino, ao lado do português, posto que constitui a língua primeira de numerosos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AFIGBO, Adiele Eberechukuwu. Repercussões Sociais da Dominação Colonial: novas estruturas sociais. *In*: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

AUGEL, Johannes. O Crioulo da Guiné-Bissau. **Afro Ásia**, Salvador, v. 19 n. 20.

AUGEL, Moema Parente. **Ora di kanta tchiga**: José Carlos Schwarz e o CobianaDjazz. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1997.

BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CABRAL, Amílcar. “A importância do papel da cultura no movimento de pré- independência ou de libertação”. *In*: UNESCO. Fundação Mário Soares, 1972. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07061.033.004>. Acesso em: 15 jan. 2023.

COUTO, Hildo Honório. & EMBALÓ, Filomena. **Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau**. Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, número 20, 2010.

COUTO, Hildo Honório. & EMBALÓ, Filomena. [S.t.]. [S. l.]. [S.n.]. Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/2006/12/06/amilcar-cabral-textos-livro/Acesso:> 18 jul. 2018. p. 251-254. 1997. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20957>.

DE SOUZA, Luana Soares. A palavra como arma na luta pela independência: reflexões sobre a poesia anticolonial nos países africanos de língua portuguesa. **Caderno Seminal**, v. 27, n. 27, 2017. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2003.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra**: Esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Edições Pedagogo, 2014.

EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da guiné-bissau : língua nacional e factor de identidade nacional** PAPIA 18, 2008, p. 101-107.

KHAPOYA, Vincent B. **A Experiência Africana**. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

KOHL, Christoph. Integração Nacional 'por baixo': A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau. **Revista antropológicas**, v. 22, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/issue/view/1728>.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra História e Civilizações**. Salvador: EDUFBA, casadas Áfricas, 2011.

MATA, Inocência. **A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política**. Lisboa: UCCLA, 2015.

MENDY, Peter Michael Karibe. **Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.

PERREIRA, Amílcar Araújo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. **Rev. Estudos Históricos**, v. 25, n. 50, p. 291-311, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/846>.

RANGER, Terence. A invenção da tradição na África Colonial. *In*: HOBBSAWM, Eric; **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. P. 262-326.

ROUGÉ, Jean-Louis. Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. **Soronda: revista de estudos guineenses, Bissau**, v. 2, p. 28-49, 1986.

SANTOS, M. Beja; DA SILVA, F. Henriques. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: um Roteiro**. 1. ed. Porto: Fronteira do Caos, 2014.

SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da desregulamentação linguística; *In*: Bagno, M.(org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, p. 93-125, 2002.

SILVEIRA, LA da; GAMA, Livia Cristina Jandre. **Língua e identidade nacional: uma abordagem interdisciplinar entre a geografia e as linguagens**. Laboratório Geográfico América Latina, 2015.

TRAJANO FILHO, Wilson. **Uma experiência si[n]gular de crioulição**.